



PERCEPÇÕES ACERCA DO AGRESSOR E DA VÍTIMA DE ESTUPRO: INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO

Rayslla Sabrina Pereira Saraiva (1)

Ana Karolyne Florencio Amorim (2)

João Pereira Amorim Filho (3)

Francicléia Lopes Silva (4)

Marcelo Xavier de Oliveira (5)

Faculdades Integradas de Patos – raysllasabrina@hotmail.com

RESUMO: Identificar a sistematização de diferença de gêneros é compreender uma das raízes que concerne a violência sexual. O estupro aqui se insere como uma das formas de violência sexual ao qual o abusador possui um sistema de crenças e atitudes sexistas, compreendendo a figura feminina como frágil e submissa, justificando muitas vezes a sua agressividade. Este trabalho tem por objetivo estruturar o desenvolvimento de um instrumento para mensuração da atitude frente ao estupro, a fim de compreender a percepção de homens e mulheres quanto à personagem da vítima e do abusador.

INTRODUÇÃO

Scott (1989) concebe gênero como um fator que designa as relações sociais entre os sexos. O gênero torna-se assim uma maneira de indicar as construções sociais desenvolvidas para justificar os papéis sociais do que é ser homem ou mulher. Sendo assim, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. É a partir da constituição dessas relações de poder sobre o outro, remetendo desde a antiguidade até os dias atuais, que surgem reflexões acerca da instituição da desigualdade.

A reflexão sobre os temas igualdade e desigualdade, sob seus diversos aspectos, envolve discussões e questionamentos que, quanto mais aprofundados, tendem a ser frequentemente renovados e a revelar novas dimensões e possibilidades de abordagem (Teixeira, 2010). A luta contra a desigualdade de gênero tem levado o desenvolvimento de vários pontos de discussão, principalmente quando este está envolto do que se chama de violência sexual, ao qual se discute sobre as suas causas e os seus efeitos.

Entende-se a violência sexual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), como todo ato sexual não desejado, ou ações de comercialização e / ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção (Krug et al, 2002), assumindo várias formas de manifestação, entre as quais se destaca o estupro.

Em 2013, o Ipea levantou no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), através de um questionário sobre vitimização que continha questões sobre violência sexual, que a cada ano no Brasil, 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Só em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil, de acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Cerqueira & Coelho, 2014).

O estupro, como uma forma de violência sexual, é permeado por discussões acerca dos motivos que desencadeiam a situação. Ainda que seja um tema considerado tabu e pouco



debatido culturalmente, entende-se que existem certas atitudes frente ao tema, sejam elas de apoio, negligência ou rejeição.

Segundo o artigo 213 do Código Penal, o estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Estudos do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, de 1997, indicam que apenas 10% e 20% das vítimas denunciam o estupro (Drezett, 2000).

A subnotificação da violência sexual é motivada também pela dificuldade da sociedade em lidar com a questão nos diferentes setores: judiciário, de segurança e de saúde. É um problema que revela uma moral conservadora das relações conjugais, pois apesar do código civil, muito recentemente, colocar a mulher em igualdade com o homem, ainda vigora uma moral julgadora da mulher vítima de estupro e até mesmo de agressões pelo companheiro (Souza & Adesse, 2005). Cabe aqui ressaltar que por violência sexual não inclui apenas violência física, mas inclui também uma forma de agressão psicológica, fazendo o uso de ameaças e insinuações.

Mesmo diante uma situação de estupro, a vítima, em geral, se encontra em um posicionamento ao qual não lhe deixa muitas escolhas do que fazer a seguir, ou seja, qual a atitude certa a se tomar.

Em um estudo pioneiro, Burt (1980 apud Payne et al., 1999) explorou os “mitos de estupro”, definidos como crenças preconceituosas sobre o estupro, suas vítimas e agressores. Tais crenças geralmente se instrumentalizam por meio de convicções que culpam as vítimas pela violência sexual sofrida. Esta autora descobriu que os estereótipos de gênero, o conservadorismo sexual e a aceitação da violência interpessoal se mostraram como preditores dos “mitos de estupro”. Deste modo,

constata-se que uma ideologia tradicional promove maior culpabilização das vítimas de violência sexual. Ademais, verifica-se que a aceitação da violência sexual contra a mulher está inserida em um quadro mais amplo, qual seja, a aceitação da violência de modo geral (Nascimento, 2015).

Em meados da década de 80 e 90, iniciaram-se os movimentos feministas, aos quais reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero (Descarries, 2002, apud Miranda, 2014, p. 3). Um dos maiores movimentos sociais ao qual busca ainda a luta contra a conduta sexista, que se caracteriza como uma discriminação ou atitude prejudicial dirigida às mulheres devido a crença da inferioridade feminina (Cameron em Moya & Expósito, 2001, apud Rodriguez, Rodriguez e Ramirez, 2010).

Estima-se que o machismo e a conduta sexista ainda permeiam nosso contexto social de forma intrínseca ao ponto de constituir grandes resistências ao que concerne as propostas do movimento feminista

Compreende-se que os baixos índices de notificações de estupro e violência sexual é permeado de aspectos subjetivos da vítima inserida em um contexto social o qual a julga e avalia este tipo de circunstância. O medo de exposição e crítica, no geral, acaba por muitas vezes impedindo a vítima de buscar ajuda e/ou reagir, demonstrando negligência e submissão.

O motivo real que leva essas vítimas a não notificarem as autoridades para a tomada de medidas cabíveis deriva de onde?

Sendo assim, este trabalho está sendo desenvolvido com a finalidade de estruturar o desenvolvimento de um instrumento brasileiro para mensuração da atitude frente ao estupro, a fim de compreender a percepção



de homens e mulheres quanto à personagem da vítima e do abusador.

O desenvolvimento deste projeto é de interesse dos pesquisadores bem como pela notável ausência de um instrumento que possa auxiliar nas pesquisas sobre a temática, ao qual busca lidar com o posicionamento diante certa realidade não explorada.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo de campo, descritivo, correlacional de abordagem quanti-qualitativa. Será realizada em uma universidade particular e outra pública do município de Patos, Paraíba com 200 estudantes universitários do sexo feminino e do sexo masculino, com idades entre 18 e 80 anos, por meio de amostragem não probabilística por conveniência. Serão incluídos estudantes universitários que concordarem em participar da pesquisa, e que tiverem faixa etária entre 18 e 80 anos e excluídos os indivíduos com idade menor que 18 e maior que 80 anos e que não sejam universitários. Os instrumentos que serão utilizados são entrevistas semi-estruturadas que foram compostas de itens adaptados da Rape Supportive Attitude Scale (RSAS; Lottes, 1991) que mensura atitudes que são hostis frente à vítimas de estupro devido à falsas crenças sobre o estupro e suas vítimas. Os mesmos terão a finalidade de levantar os aspectos referentes atitudes de apoio frente ao estupro. Os dados oriundos das entrevistas serão analisados a partir do procedimento de análise de conteúdo temática (Bardin, 2010). Para a verificação das propriedades psicométricas dos questionários será efetuada a análise fatorial exploratória – análise dos eixos principais – (critérios de *Kaiser* e *Cattel*), além da análise paralela (critério de *Horn*) para conhecer a estrutura fatorial dos itens inseridos na análise, enquanto que, para a verificação da confiabilidade das escalas

componentes dos questionários se utilizará do índice de alfa de *Cronbach* (Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009).

REFERÊNCIAS

BARDIN L. Análise de conteúdo. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BURT, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217-230.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília. 2014.

DESCARRIES, F. “Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec”. In: *Labrys, estudos feministas*. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

DREZETT, J. (2000). Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas (Tese de Doutorado). Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, Escola de Medicina/USP.

KRUG, E.G. et al. *World Report on Violence and Health*, World Health Organization, (2002).

NASCIMENTO, B. S. Atitudes Frente à Violência Contra a Mulher: O papel dos Valores e da Desumanização da Mulher. 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. 2015.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

PAYNE, D. L., Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1999). Rape myth acceptance: Exploration of its structure and its measurement using the Illinois Rape Myth Acceptance Scale. *Journal of Research in Personality*, 33, 27-68.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. Tradução por Christine Rufino Dabat e Maria Bethânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

TEIXEIRA, D. V. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. *Revista Direito GV*6(1) | p. 253-274 | jan-jun 2010.

SOUZA, C. M. & ADESSE, L. *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

